

DOCUMENTOS

LIVROS, BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL COLÔNIA

Nascido em 1890 e falecido em 1969, o padre jesuíta português Serafim Leite foi um dos mais notáveis historiadores da nossa época. Ele pesquisou diretamente nas chamadas fontes primárias, produzindo uma obra de interesse fundamental para o conhecimento do Brasil quinhentista. Sua **História da Companhia de Jesus no Brasil**, além de fonte indispensável de nossa historiografia, é um modelo de erudição e de respeito pelo aparato bibliográfico e documental. Menos conhecida — apesar de mais recente — é a **Suma história da Companhia de Jesus no Brasil** (Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965), de cujo capítulo VII são as páginas reproduzidas nesta seção (109-113), que tratam dos primeiros livros trazidos pelos jesuítas para o Brasil e das bibliotecas por eles organizadas em seus colégios. De acordo com a moderna categorização, foram elas as primeiras bibliotecas escolares de nosso país; mas estavam, como prova Serafim Leite, abertas ao público. As fontes nas quais o autor se apoia, indicadas por siglas, são as seguintes:

AO — **Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549 — 1760)**. Lisboa, Edições Brotéria; Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1953. 324p.

HC — **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro; Lisboa, Portugalíia, 1938 — 50. 10v.

MB — **Monumenta Brasiliae**. Roma, 1956 — 60. 4 v. (Monumenta Histórica Societatis Iesu, v. 79-81 e 87)

Embora quase todos os trabalhos externos da Companhia de Jesus no Brasil caibam na rubrica de “serviços públicos”, agrupam-se aqui alguns menos óbvios, condicionados pelas circunstâncias históricas da América Portuguesa. São serviços prestados ora à cultura das letras e das ciências, ora à política e defesa pátria, ora ainda a campanhas militares úteis à formação nacional e territorial do Brasil.

Assim, tem relação imediata com a cultura geral o que se refere à organização das livrarias ou bibliotecas dos colégios, a começar pelo da Baía, que, se no princí-

pio tinha carácter privado, com o tempo se tomou público. O breviário, o missal, o ritual, as regras do Colégio de Coimbra feitas pelo P^o. Simão Rodrigues, o livrinho dos exercícios espirituais de Santo Inácio, que Nóbrega usou pouco depois ao receber na Companhia um candidato, algum breve método para ensinar o ABC aos meninos, o que já praticava Vicente Rodrigues em abril de 1549, alguma cartilha da doutrina cristã, que também logo se começou a ensinar com o ABC, o Manual do Doutor Navarro, que Nóbrega não tarda a citar em termos positivos — estes, e decerto mais alguma obra pia de uso pessoal e ainda algum exemplar da Bíblia — tais foram os livros que os primeiros padres da Companhia de Jesus levaram consigo para o Brasil e se inferem do seu mesmo estado de sacerdotes e religiosos e das suas primeiras actividades apostólicas. Todavia, Nóbrega não tardou a sentir a falta de outros livros “que já lá pedi”, escreve ele em agosto de 1549, os quais “nos fazem minguar para dúvidas, que cá há, que todas se perguntam a mim ⁽¹⁾: portanto, obras de teologia moral e de direito para a solução de escrúpulos ou casos de consciência. Em Portugal não se esqueceram do pedido, e antes do fim do ano chegaram à Baía duas caixas de livros ⁽²⁾, humilde início da que seria daí a dois séculos a maior biblioteca do Brasil.

Com os livros necessários à direcção espiritual das consciências, notou-se também a falta de textos escolares latinos, tanto para principiantes como para os mais adiantados; e os encomenda Luís da Grã ao provincial de Portugal em 1554 ⁽³⁾. Não tardaram a vir os livros; e anos depois na Baía já se ensinava a Eneida, assim como já existiam no Colégio Crônicas de consulta ⁽⁴⁾, e já o visitador Inácio de Azevedo recomendava em 1568 que se não facilitassem empréstimos de livros para fora de casa ⁽⁵⁾.

Na organização da biblioteca do Colégio da Baía interveio D. João III, que mandava livros para o Brasil ⁽⁶⁾ e dava dinheiro muito liberalmente para se enviarem bibliotecas ao Ultramar Português ⁽⁷⁾. Concorriam pessoas cultas, incluindo prelados, que doavam obras à livraria do Colégio; e, com as fontes da generosidade alheia, avultavam compras, como as do provincial Beliarte, mecenas das letras, que de uma assentada comprou 15 \$000 réis de livros, e de outra enviou para Portugal âmbar, que rendeu 40\$000 réis, e os livros comprados, explica ele mesmo, valeriam na Baía 80\$000 réis, o que para a época era muito dinheiro ⁽⁸⁾.

Pelos fins do século XVII, a biblioteca do Colégio da Baía possuía à roda de 3000 livros “de todo o gênero de escritores que se podem desejar, e se renova e guarda por um diligente e hábil livreiro”, de nome Antônio da Costa, natural de Lyon de França, que sabia latim e organizara o catálogo. Os ofícios deste irmão declaram-se em diversos tempos; bibliopegus (encadernador), typographus (tipógrafo), impressor (impressor), bibliothecarius (bibliotecário) e bibliothecae praefectus (perfeito ou diretor da biblioteca ⁽⁹⁾).

Vivia por esste tempo no Colégio do Rio de Janeiro outro irmão, José Correia, de Viseu, tipógrafo, que entrou na Companhia depois de ter produzido (excu-

sa) 400 volumes para o Colégio e para os padres ⁽¹⁰⁾ Era, de facto, encadernador. Mas a terminologia técnica de tipógrafo, aplicada a dois irmãos, e a de impressor, aplicada a um, levam a admitir a existência de alguma pequena caixa de tipos para lombadas de livros encadernados, e até a de algum pequeno prelo portátil para quaisquer pagelas de uso estritamente privado ⁽¹¹⁾ Tipografia pública requeria licença régia e não há indícios de que a tivessem os Jesuítas do Brasil, dada a facilidade de comunicações nos séculos XVII e XVIII entre o Brasil e Portugal, distância que nada tinha que ver com as do Oriente, para onde os Jesuítas portugueses levaram de facto tipografia em regra.

A biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro começou em 1567 com o P^e. Nobrega, seu primeiro reitor; e sem dúvida com os livros que ele mesmo utilizou no Caso de Consciência sobre a liberdade dos índios, datado deste mesmo ano, livros de que já disporia em S. Vicente; mas, determinando-se que o colégio dessa costa ficasse no Rio de Janeiro, a este colégio se devem ter aplicado, senão logo, ao menos à morte de Nóbrega em 1570.

Dois séculos mais tarde em 1775, a biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro contava 5435 volumes, já muito desfalcada, porque, em quinze anos de abandono desde 1760, se haviam arruinado e apodrecido 734 livros, que se declaram “sem valor” e outros deixaram de entrar no cômputo pela circunstância de andarem “por fora”. Os volumes ainda aproveitáveis e arrolados em 1775 avaliaram-se em 1152\$590 réis.

Ora, ao fechar-se o Colégio da Baía em 1760, os seus livros orçaram-se em 5490\$050 réis. Tomando por base a avaliação do Rio de Janeiro, a proporção é de cinco por um. Mas os do Rio já tinham todos aqueles anos de abandono e certamente houve diferença de critérios entre os avaliadores do Rio e os da Baía. Reduzindo muito a proporção dos preços, os volumes do Colégio da Baía andariam pro 12000.

Não souberam defender tal riqueza cultural e bibliográfica os que sucederam aos Jesuítas. Em breve começou o desbarato, por modos nem sempre lícitos, indo muitas obras ornar estantes particulares, segundo lastima o escritor presente Santos Vilhena ⁽¹²⁾ que usa a expressão estantes particulares como contraposta a biblioteca pública; e, de facto, as bibliotecas da Companhia, ao menos as dos colégios maiores, tinham uma secção pública, como o atestam ainda hoje livros que foram parar a outras bibliotecas, às vezes bem distantes, como a do Porto, onde nalgum se lê: “Livreria pública do Collegio da Bahia” ⁽¹³⁾; e no Palácio arquiépiscopal de S. Joaquim, no Rio de Janeiro, existem hoje livros com a referência: “Pertence à Livreria publica do Collegio do Rio” ⁽¹⁴⁾.

Só no século XIX se reabriu ou fundou de novo a Biblioteca Pública da Baía, que constava de 7000 volumes em 1816, quando a visitou o príncipe Maximiliano

de Wiede-Neuwied ⁽¹⁵⁾, menos do que possuía meio século antes a biblioteca do Colégio.

Os Colégios da Baía e do Rio de Janeiro eram os principais, mas todos os outros tinham a sua biblioteca: Recife ⁽¹⁶⁾, São Paulo ⁽¹⁷⁾, Espírito Santo ⁽¹⁸⁾, Maranhão, começada com “a livraria que era do P^e. Antônio Vieira” ⁽¹⁹⁾, Pará ⁽²⁰⁾ e, enfim, todos os colégios; nem havia aldeia ou fazenda que não possuísse alguma estante de livros, quanto se pode ver pelos inventários ⁽²¹⁾.

Qual era o recheio das bibliotecas dos Colégios?

Na do Rio de Janeiro, ao pé dos grandes autores da cultura greco-latina, Aristóteles, Platão, Cícero e Virgílio, lêem-se nomes como Newton e Boscovich e variadas obras literárias de diversas nações da Europa. Dos autores portugueses de fundo, nas ciências, história, direito canônico e civil, oratória, letras e medicina, a biblioteca estava regularmente provida, com preponderância das Faculdades ensinadas no colégio: humanidades, matemática, filosofia, física e ciências naturais, teologia e escritura. Achavam-se nela as últimas novidades de livraria, impressas em Portugal, como nela as últimas novidades de livraria, impressas em Portugal, como a Biblioteca Lusitana de Barbosa Machado e recebiam-se do estrangeiro as Mémoires pour servir à l'histoire des Sciences et des Beaux Arts, dos padres-jesuítas de França, conhecidas por Mémoires ou Journal de Treboux, colectânea fundada em 1701, e já então (1760) com 222 tomos, que os livreiros do Rio avaliaram em 25\$000 réis ⁽²²⁾, e desta maneira se foi dando, um por um, o respectivo preço a todos os livros do catálogo de 1775, cuja destrinça bibliográfica levaria longe se se quisesse classificar com dados positivos. Releve-se em todo o caso que as bibliotecas não eram apanágio só dos colégios citadinos. Nos mais pequenos, a selecção supria a abundância. Conhece-se o catálogo do Colégio da Vigia, imerso na selva paraense. Estavam presentes, nessa biblioteca, Homero (com os seus dois poemas), os poetas latinos Virgílio, Horácio, Marcial, Ovídio e Terêncio; e Cícero com todas as obras, Séneca e Suetónio. Mencionam-se a celeberrima Arte do P^e. Manuel Álvares, a Arte da Língua Brasílica de Luís Figueira, a Nova Floresta de Manuel Bernardes, a Arte do Orar de Diogo Monteiro, os Trabalhos de Jesus de Frei Tomé de Jesus, obra-prima da mística portuguesa. No copioso sermonário, para só falar dos estrangeiros, Bourdaloue, Sérigner e S. Francisco de Sales. Na história e biografia, entre outros, Berredo (história local), as Crônicas dos primeiros reis portugueses, a História Romana, a História da América e uma surpreendente Republica Moscovítica. Obras de teologia, sagrada escritura, ascética espirituais de Santo Inácio, direito canônico e um escolhido lote de direito civil português, com a última edição das Ordenações do Reino. Livros de medicina, matemática, astronomia, atlas, geografia, e já o Extracto do Diário e Viagem do Sr. Condamine, talvez oferta do mesmo sábio La Condamine, que, durante a medição dos graus do meridiano debaixo do equador, foi hóspede reconhecido dos Jesuítas do Grão-Pará. Ao todo, 1010 volumes em 1760; e, como em geral nas outras bibliotecas da

Companhia de Jesus, também aqui, na Vigia, fímbria da floresta equatorial, os dois “grandes” da língua pátria, com as suas obras completas, Camões e Vieira(23).

NOTAS

(1) MB I 131; (2) MB I 168; (3) MB II 147; (4) MB III 184; (5) MB IV 489; (6) MB I 215; III 486; (7) MB I 467; (8) HC II 541; (9) AO 147-148; (10) AO 145-146; (11) AO 102; (12) HC V 92-95; (13) HC II 544; (14) HC VI 28; (15) HC V 94; (16) He V 485; (17) HC VI 403-404; (18) HC VI 141-142, (19) HC IV 188, 2817 290; (20) HC III 213; IV 289; (21) HC VI 58; (22) HC VI 26-27; (23) HC IV 399-410.